

V- o mesmo procedimento acima será usado sucessivamente para todas as classificações, até o último candidato aprovado.

9.6. Na hipótese de ocorrer empate de notas, como critérios de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

9.6.1. tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), sendo considerado para esse fim, a data de realização das provas;

9.6.2. tiver a maior média aritmética simples das notas finais atribuídas pelos Examinadores;

9.6.3. tiver a maior média aritmética das notas atribuídas pelos Examinadores em cada prova, observado o disposto no artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013;

9.6.4. tiver maior idade;

9.6.5. permanecendo ainda o empate, o desempate ocorrerá por sorteio a ser realizado publicamente, durante a sessão de apuração final do resultado do Concurso.

9.7. Após a promulgação do resultado, será elaborado o Parecer Final da Comissão Examinadora, que conterá, obrigatoriamente:

I- os quadros de notas e médias atribuídas pelos Examinadores, individualmente, a cada candidato, com a identificação nominal de todos os concorrentes e dos Examinadores;

II- a relação nominal dos candidatos aprovados;

III - o(s) nome(s) do(s) candidato(s) indicado(s) para assumir a(s) vaga(s) em Concurso.

9.8. O Parecer Final da Comissão Examinadora deverá registrar a justificativa de cada um de seus componentes, para as notas atribuídas aos candidatos, avaliados individualmente.

9.9. O Secretário da Comissão Examinadora lavrará ata de cada prova e sessão do Concurso, as quais serão assinadas por todos os membros da referida Comissão.

9.10. Concluídos os trabalhos e lavradas as atas, a Comissão Examinadora divulgará os resultados em sessão pública final, em horário e data que serão comunicados aos candidatos, durante a realização do Concurso.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

10.1. O Parecer Final da Comissão Examinadora, com resultado final do Concurso, será submetido, findo o prazo de recurso, à consideração da Câmara Departamental.

10.2. Será publicado no Diário Oficial da União o Edital de resultado final do Concurso público, com a relação dos candidatos aprovados no certame, obedecendo aos limites estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, por ordem de classificação.

10.3. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso público.

10.4. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do artigo 16 do Decreto nº 6.944/2009.

11. DA INVESTIDURA NO CARGO

11.1. A aprovação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFMG, mas apenas expectativa de direito à investidura, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

11.2. A posse do candidato aprovado observará o limite de vagas estabelecidas no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente para tal fim.

11.3. Sem prejuízo da documentação apresentada por ocasião da inscrição, o candidato nomeado e convocado deverá apresentar os seguintes documentos no ato da posse: a) Formulário de Declaração de Bens e Rendimentos - DBR (anexo I) ou Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendimentos de Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (anexo II), conforme dispõe a Instrução Normativa - TCU Nº 67, de 06/07/2011, publicada no DOU de 08/07/2011; b) Declaração quanto ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função públicos; c) Declaração de que não é beneficiário do Seguro Desemprego, de que trata a Lei nº 7.998/1990; d) Prévia inspeção médica oficial; e) Comprovação, quando for o caso, de obtenção da nacionalidade brasileira ou do Visto Permanente; f) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de estrangeiro; g) Certificado de Igualdade e de Outorga do Gozo de Direitos Políticos, emitido pelo Ministério da Justiça, se português equiparado; h) Carteira de Identidade; i) Carteira de Trabalho e Previdência Social; j) Certidão de Nascimento ou Casamento; k) CPF; l) PIS ou PASEP, se já cadastrado; m) Grupo Sanguíneo e Fator Rh; n) Plano de trabalho; o) Comprovação dos graus acadêmicos obtidos.

11.4. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, por Junta Médica Oficial da UFMG.

11.5. A admissão do candidato far-se-á no Regime de Trabalho especificado para a(s) vaga(s), e segundo o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, Lei nº 8.112/1990, e o disposto na Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013.

11.6. A efetivação no regime de Dedicção Exclusiva estará condicionada à apresentação de plano de trabalho individual, aprovado pela Câmara Departamental própria e submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

11.7. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito, nos termos do artigo 41, "caput", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão objetos de avaliação pela Congregação da Unidade, posteriormente homologada pelo dirigente máximo da instituição.

11.8. A posse do candidato aprovado deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento no Diário Oficial da União.

11.9. O candidato aprovado, depois de empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo máximo de quinze dias, contados da data da posse.

11.10. O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, contado a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990.

11.11. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do Concurso publicada no Diário Oficial da União.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso à instância imediatamente superior contra qualquer ato praticado por autoridade ou Órgão competente, por estrita arguição de ilegalidade, com base na Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário, que cuida dos procedimentos a serem observados para interposição de recurso pelo candidato.

12.2. Os recursos serão apresentados à Congregação, em última instância, contra a homologação ou a anulação total ou parcial do Concurso, no prazo de dez dias, contados a partir de sua divulgação oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

12.2.1. O Diretor da Unidade deverá cientificar os demais candidatos do respectivo concurso sobre a interposição de recurso, disponibilizar, para consulta, o inteiro teor da documentação apresentada pelo recorrente, e solicitar que, caso queiram, se manifestem no prazo de dez dias, apresentando suas alegações.

12.2.2. A decisão do órgão competente deverá ser precedida por exame e parecer de relator(es) indicado(s) pela autoridade ou órgão competente.

12.3. A autoridade que preside o Órgão a que for apresentado o pedido de reconsideração ou de interposição de recurso decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

12.3.1. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

I- por escrito;

II- dentro do prazo;

III- pelo órgão competente;

IV- por quem seja legitimado;

V- pessoalmente, mediante protocolo.

12.3.2. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

12.3.3. Na hipótese de sua admissibilidade, o pedido de reconsideração ou o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFMG.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.

13.2. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

13.3. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.4. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica na(s) página(s) eletrônica(s) citada(s) no presente Edital.

13.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

JAIME ARTURO RAMÍREZ

EDITAL Nº 272, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 8.112/90 e suas alterações, na Lei 12.772/2012 e suas alterações, nos termos do Decreto 6.944/2009 e suas alterações, do Decreto 7.485/2011 e suas alterações, e na Resolução Complementar 02/2013 do Conselho Universitário, resolve tornar público que, consoante o prazo abaixo especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga(s) da Carreira de Magistério Superior, na CLASSE A, com a denominação de PROFESSOR ADJUNTO A, Nível 1, lotada(s) nesta Universidade e destinada(s) ao DEPARTAMENTO DE FONOAUDIOLÓGIA DA FACULDADE DE MEDICINA, de acordo com a seguinte discriminação:

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Quadro 1 - Quadro de especificação da(s) vaga(s)

Número de vaga(s)	01 (uma)
Área de conhecimento	Linguagem e Saúde Coletiva
Regime de trabalho	Dedicção Exclusiva
Titulação	Graduação em Fonoaudiologia para atender à Lei 6.965 de 9/12/1981 e Doutorado na área de Saúde ou em áreas afins
Perfil desejado do candidato	Profissional graduado em Fonoaudiologia apto a desenvolver e coordenar atividades de ensino, pesquisa, extensão nas áreas de linguagem e saúde coletiva, além de atuar na administração acadêmica

Inscrição	Período de inscrição	Até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação do Edital.
	Endereço	Secretaria Geral da Faculdade de Medicina Av. Professor Alfredo Balena, 190 - sala 081 - andar térreo - Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG CEP 30.130-100
	Horário	Das 08:30 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, nos dias úteis.
	Contato	Telefone(s): (31) 3409-9633/ 3409-9956 Correio eletrônico: secgeral@medicina.ufmg.br
Endereço da página eletrônica onde consta o(s) programa(s), quando for o caso, e demais informações do Concurso	www.medicina.ufmg.br	
Tipos de prova	Prova de Títulos, Prova Escrita com caráter eliminatório e Prova Didática.	
Período de realização do Concurso/Datas prováveis para realização das provas	De 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento das inscrições.	

2. DA(S) VAGA(S)

2.1. O Concurso visa ao provimento da(s) vaga(s) especificada(s) no Quadro 1 deste Edital.

2.2. O turno de trabalho diurno e/ou noturno do(s) candidato(s) nomeado(s) será definido pelo Departamento/Unidade. As atividades serão desenvolvidas no horário de acordo com a necessidade do Departamento/Unidade, sem direito de opção pelo candidato nomeado.

3. DA REMUNERAÇÃO

A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico e pela Retribuição por Titulação (RT), conforme apresentada na Tabela abaixo:

Tabela referente à remuneração do Cargo

Vencimento básico (R\$)	Titulação	Retribuição por Titulação (R\$)	Remuneração (R\$)
4.446,51	Doutorado	5.123,90	9.570,41

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. O prazo de inscrição terá início a partir da publicação deste Edital.

4.2. As inscrições deverão ser realizadas no local, horário e período especificados no Quadro 1 deste Edital.

4.3. A taxa de inscrição, no valor de R\$ 215,99 (duzentos e quinze reais e noventa e nove centavos), deverá ser paga no Banco do Brasil S/A, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através da página eletrônica www.tesouro.fazenda.gov.br, com os seguintes dados: Unidade Gestora: 153062, Gestão: 15229, Código de Recolhimento: 28883-7.

4.4. A inscrição somente será aceita mediante a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

4.5. Em hipótese alguma, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição será devolvido, salvo no caso de cancelamento do certame por conveniência da UFMG.

4.6. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) Termo de requerimento de inscrição devidamente preenchido e assinado;

b) Carteira de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de estrangeiro, documento de identificação (original e cópia);

c) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de candidatos estrangeiros;

d) Comprovante de endereço para recebimento de correspondência (original e cópia);

e) Comprovante do pagamento ou da isenção da taxa de inscrição;

f) Sete cópias do "currículo vitae".

4.6.1. O candidato travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que desejar ser atendido pelo NOME SOCIAL poderá solicitá-lo no ato da inscrição. Neste caso deverá dispor de documentos comprobatórios da condição que motiva a solicitação de atendimento.

4.6.2. Não serão aceitas outras formas de solicitação de atendimento pelo nome social, tais como: via postal, telefone, fax ou correio eletrônico.

4.6.3. A UFMG reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

4.7. Os documentos comprobatórios do "currículo vitae" deverão ser apresentados em via única, numerados sequencialmente e, preferencialmente, na mesma sequência apresentada no "currículo vitae", em até vinte e quatro horas após a divulgação da lista de classificados na Prova Escrita, de acordo com o parágrafo único do artigo 28 e do artigo 33 da Resolução Complementar nº 02/2013, do Conselho Universitário.

4.8. O candidato portador de deficiência deverá, no ato da inscrição, informar a deficiência e se necessita de condições especiais para a realização das provas.

4.9. Em caso de inscrição por procuração, o procurador do candidato deverá apresentar documentação original de identificação com foto, bem como fornecer seu endereço e telefone para contato.

4.10. O candidato inscrito receberá, juntamente com o Protocolo de Inscrição, cópia deste Edital; do programa integral do Concurso, quando for o caso; da Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário; da Resolução Complementar nº 02/2013, do Conselho Universitário e de outros documentos e demais informações con-



sideradas pertinentes pelo Diretor da Unidade, que deverão ser consideradas parte integrante deste Edital.

4.11. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, das leis e regulamentos aplicáveis e das instruções específicas para o Cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.12. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade de informações prestadas no ato da inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, falhas ou omissões no preenchimento de qualquer campo necessário à inscrição.

4.13. A relação nominal dos candidatos inscritos será afixada no local de inscrição e divulgada na página eletrônica da Unidade, bem como do Departamento, se houver.

4.14. Os Requerimentos de Inscrição serão despachados pelo Diretor da Unidade, que decidirá sobre a aceitação de cada um deles, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao dia do encerramento das inscrições, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do artigo 5º da Resolução Complementar nº 02/2013.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 02/10/2008, o candidato poderá solicitar isenção da taxa de inscrição, declarando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.134, de 26/06/2007 e informando, no ato de inscrição, o seu Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

5.2. A isenção mencionada no item 5.1 deverá ser solicitada mediante requerimento, até o 5º dia útil após o início do período de inscrição, devendo ser encaminhada com documentação comprobatória.

5.3. A UFMG, por meio do Número de Identificação Social (NIS), procederá à consulta ao órgão competente, podendo o candidato ter seu pedido Deferido ou Indeferido, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 6.593/2008.

5.4. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 06/09/1979.

5.5. O resultado dos pedidos de isenção será divulgado oficialmente até dois dias úteis após o término do período previsto para o pedido de isenção, por e-mail dirigido ao candidato interessado.

5.6. O candidato que tiver o seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição conforme o disposto no item 4 deste Edital.

6. DO INÍCIO DO CONCURSO

6.1. O início do Concurso está indicado no Quadro 1 deste Edital.

6.2. Os candidatos serão convocados para a realização das provas, pessoalmente e por Edital, a ser fixado em quadro de avisos da Unidade, com antecedência mínima de quinze dias.

6.3. Será encaminhada a cada um dos candidatos inscritos, juntamente com a convocação pessoal, cópia da Portaria do Diretor da Unidade, designando os membros da Comissão Examinadora, cujos nomes serão previamente divulgados, como determinado no parágrafo único do artigo 12 da Resolução Complementar nº 02/2013, bem como cópia de eventual Portaria em que se especificarem alterações na composição da referida Comissão.

6.4. De acordo com a Ação Civil Pública nº 69678-37.2010.4.01.3800 estão impedidos de participar da Comissão Examinadora integrantes que mantenham ou tenham mantido, no interregno de 05 (cinco) anos anteriores à publicação deste Edital, vínculo de natureza acadêmica, em nível de pós-graduação, com os candidatos inscritos.

6.5. O membro da Comissão Examinadora que se enquadrar no disposto no item anterior deverá declarar-se impedido devendo a substituição ser determinada pelo Diretor da Unidade.

6.6. A não observância do disposto nos itens 6.4 e 6.5 implicará a nulidade do presente concurso, em qualquer fase que este se encontre.

6.7. Considera-se convocação pessoal a que for encaminhada, com comprovante de postagem, para o endereço fornecido pelo candidato, no ato da inscrição.

6.8. O Concurso será iniciado mediante sessão pública de instalação da Comissão Examinadora, presidida pelo Chefe do Departamento ou autoridade pertinente.

6.9. Na sessão de instalação, a Comissão Examinadora:

I- escolherá seu Presidente, o qual escolherá o seu secretário, dentre os membros que a compõem;

II- apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas;

III- sorteará a ordem de participação dos candidatos nas provas, cuja realização não seja simultânea, ressalvado o disposto no artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013.

6.10. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

6.11. O não comparecimento do candidato na sessão de abertura determinará sua eliminação do Concurso.

6.12. Após instalada, a Comissão Examinadora estabelecerá o cronograma, o tempo destinado a cada prova, a ordem das provas, fixando o dia, a hora e o local de sua realização, e divulgará tais informações na entrada do local da instalação, disponível ao conhecimento do público.

6.13. Será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que durante a realização das provas for flagrado em tentativa de fraude, desrespeito aos membros da Comissão Examinadora, bem como à Comunidade Universitária.

7. DAS PROVAS

7.1. O Concurso compreenderá a realização de Provas e o Julgamento de Títulos, conforme especificado no Quadro 1 deste Edital.

7.2. O candidato que não comparecer a qualquer uma das provas ou sessões para as quais for convocado, nos dias, horários e locais estabelecidos pela Comissão Examinadora, será automaticamente eliminado do Concurso.

7.3. A Comissão Examinadora apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas, em cada etapa ou prova.

7.3.1 Quando da realização da primeira prova do concurso, o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar documento oficial e original de identidade com fotografia e assinatura.

7.4. Serão públicas as sessões de realização de Prova Didática, de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário, conforme o caso, e de apuração final do resultado do Concurso.

7.4.1. As sessões públicas de realização de Prova Didática, de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário, conforme o caso, serão gravadas.

7.4.1.1. O candidato deverá assinar termo de consentimento para gravação das provas orais previstas no certame.

7.4.2. É vedado ao candidato assistir à realização das provas dos demais candidatos.

7.5. Da Prova de Títulos

7.5.1. A Prova de Títulos será avaliada segundo os critérios de análise dos quesitos apresentados na tabela, constante da Resolução Complementar nº 02/2013, única para a UFMG, independentemente da área de conhecimento da vaga submetida a Concurso Público.

Tabela dos valores, superior e inferior, da pontuação-máxima atribuível na avaliação de cada um dos quesitos da Prova de Títulos

Quesito	Faixa de pontuação-limite
Títulos acadêmicos	De 10 a 40
Experiência docente	De 15 a 40
Produção científica, técnica, artística e cultural na área	De 20 a 40
Administração acadêmica / experiência profissional não docente	De 10 a 40
Distinções	De 00 a 10

7.5.2. A Tabela de Pontuação da Prova de Títulos, estabelecida para este Concurso pela Câmara Departamental ou estrutura equivalente, contendo tanto a Pontuação Limite para cada um dos quesitos, respeitando a respectiva faixa de Pontuação-Limite e o total de cem pontos, quanto os critérios de análise de cada quesito e sua respectiva pontuação, está apresentada abaixo.

Tabela de Pontuação da Prova de Títulos

Quesitos / Critérios de análise	Pontuação (unidade)	Pontuação (máxima)
Quesito: TÍTULOS ACADÊMICOS		
1.1 Doutorado concluído	8	
1.2 Mestrado concluído	5	
1.3 Especialização <i>lato sensu</i> em Linguagem ou Saúde Coletiva (carga horária maior ou igual a 360 horas)	2	2
1.4 Especialização <i>lato sensu</i> em outra área (carga horária maior ou igual a 360 horas)	1	2
1.5 Título de especialista concedido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (considerado somente quando não computada a pontuação no item 1.3 ou 1.4)	1	2
1.6 Aperfeiçoamento ou atualização em Linguagem ou Saúde Coletiva (carga horária maior ou igual a 360 horas)	1	2
Pontuação limite do quesito	15	
Quesito: EXPERIÊNCIA DOCENTE		
2.1 Estágio docente em curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior. Disciplinas em Linguagem ou Saúde Coletiva (1 a 2 semestres = 1,5 ponto; mais que 2 semestres = 2 pontos)		
2.2 Estágio docente em curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior. Disciplinas em outras áreas (1 a 2 semestres = 1 ponto; mais que 2 semestres = 1,5 ponto)		
2.3 Professor convidado em curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior. Disciplinas em Linguagem ou Saúde Coletiva (1 a 4 semestres = 2 pontos; 5 a 8 semestres = 2,5 pontos; mais que 8 semestres = 3 pontos)		
2.4 Professor convidado em curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior. Disciplinas em outras áreas (1 a 4 semestres = 1,5 ponto; 5 a 8 semestres = 2 pontos; mais que 8 semestres = 2,5 pontos)		
2.5 Professor efetivo ou substituto em curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior. Disciplinas em Linguagem ou Saúde Coletiva (1 a 4 semestres = 3,5 pontos; 5 a 8 semestres = 5 pontos; mais que 8 semestres = 6,5 pontos)		
2.6 Professor efetivo ou substituto em curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior. Disciplinas em outras áreas (1 a 4 semestres = 2,5 pontos; 5 a 8 semestres = 4 pontos; mais que 8 semestres = 5,5 pontos)		
2.7 Preceptor para estágios de Graduação (efetivo ou convidado). Disciplinas em Linguagem ou Saúde Coletiva (1 a 4 semestres = 2 pontos; 5 a 8 semestres = 2,5 pontos; mais que 8 semestres = 3 pontos)		
2.8 Preceptor para estágios de Graduação (efetivo ou convidado). Disciplinas em outras áreas (1 a 4 semestres = 1,5 ponto; 5 a 8 semestres = 2 pontos; mais que 8 semestres = 2,5 pontos)		
2.9 Preceptor de residência em Fonoaudiologia ou multiprofissional em programas vinculados ao MEC (1 a 4 semestres = 1 ponto; 5 a 8 semestres = 2 pontos; mais que 8 semestres = 2,5 pontos)		
2.10 Bolsas de pós-graduação e de pesquisa (1 bolsa = 1 ponto; mais que 1 bolsa = 2 pontos)		

2.11 Orientação de alunos não bolsistas em projetos de pesquisa ou bolsistas em projetos de ensino, extensão ou grupos PET (1 a 5 alunos = 0,5; 6 a 10 alunos = 1 ponto; mais que 10 alunos = 1,5 ponto)		
2.12 Orientação de bolsista de iniciação científica ou trabalho final em curso de graduação ou especialização (1 a 5 alunos = 1 ponto; 6 a 10 alunos = 2 pontos; mais que 10 alunos = 3 pontos)		
2.13 Coorientação de bolsista de iniciação científica ou trabalho final em curso de graduação ou especialização (1 a 5 alunos = 0,5 ponto; 6 a 10 alunos = 1 ponto; mais que 10 alunos = 1,5 ponto)		
2.14 Orientação de alunos de doutorado ou pós-doutorado aprovados (1 a 5 alunos = 4 pontos; 6 a 10 alunos = 5 pontos; mais que 10 alunos = 6 pontos)		
2.15 Coorientação de alunos de doutorado aprovados (1 a 5 alunos = 2 pontos; 6 a 10 alunos = 2,5 pontos; mais que 10 alunos = 3 pontos)		
2.16 Orientação de alunos de mestrado aprovados (1 a 5 alunos = 3 pontos; 6 a 10 alunos = 4 pontos; mais que 10 alunos = 5 pontos)		
2.17 Coorientação de alunos de mestrado aprovados (1 a 5 alunos = 1,5 ponto; 6 a 10 alunos = 2 pontos; mais que 10 alunos = 2,5 pontos)		
Pontuação limite do quesito	30	
Quesito: PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA		
3.1 Livro publicado com ISBN com pontuação integral para livro publicado no exterior e 80% para o publicado no Brasil (autor = 3 pontos; editor = 1 ponto) - máximo 10 livros		
3.2 Capítulo de livro publicado com ISBN com pontuação integral para capítulo de livro publicado no exterior e 80% para o publicado no Brasil - máximo 10 livros	1	
3.3 Patente registrada	3	
3.4 Patente aprovada	5	
3.5 Publicação de trabalho científico em periódico qualificado na CAPES como Qualis A1. Pontuação por publicação *	4	
3.6 Publicação de trabalho científico em periódico qualificado na CAPES como Qualis A2. Pontuação por publicação *	3,2	
3.7 Publicação de trabalho científico em periódico qualificado na CAPES como Qualis B1. Pontuação por publicação *	2,4	
3.8 Publicação de trabalho científico em periódico qualificado na CAPES como Qualis B2. Pontuação por publicação *	1,6	
3.9 Publicação de trabalho científico em periódico qualificado na CAPES como Qualis B3. Pontuação por publicação *	1,4	
3.10 Publicação de trabalho científico em periódico qualificado na CAPES como Qualis B4. Pontuação por publicação *	0,6	
3.11 Publicação de trabalho científico em periódico qualificado na CAPES como Qualis B5 e C. Pontuação por publicação *	0,2	
3.12 Publicação de trabalho científico em periódico qualificado na CAPES, mas não pontuado pela área 21. Pontuação por publicação.	0,2	
3.13 Trabalho completo ou resumo expandido, na área de conhecimento objeto do concurso, publicado em anais de congresso. Pontuação por trabalho. (nacional = 0,2 ponto; internacional = 0,4 ponto) - máximo 10 trabalhos		
3.14 Resumo simples, na área de conhecimento objeto do concurso, publicado em anais de congresso nacional (nacional = 0,1 ponto; internacional = 0,2 ponto) - máximo 10 trabalhos		
3.15 Produção de material didático - máximo 10 trabalhos	0,2	
3.16 Projetos de pesquisa/ensino/extensão (participação = 0,2 ponto; coordenação = 0,4 ponto) - máximo 10 projetos		
3.17 Pesquisador produtividade em pesquisa CNPq 1	10	
3.18 Pesquisador produtividade em pesquisa CNPq 2	4	
* Para pontuação dos trabalhos científicos publicados em periódicos será considerada a pontuação da Área 21 (Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional) da CAPES		
Pontuação limite do quesito	35	
Quesito: ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA / EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO DOCENTE		
4.1 Experiência comprovada em serviços de Fonoaudiologia e/ou de saúde nas áreas de Linguagem ou Saúde Coletiva (por ano)	0,3	3
4.2 Coordenação de serviços, cursos de graduação ou pós-graduação e departamentos universitários (considerar uma única vez por atividade exercida por um período igual ou superior a 12 meses)	2	6
4.3 Membro efetivo de comissão examinadora de doutorado	2	6
4.4 Membro efetivo de comissão examinadora de mestrado	1	3
4.5 Membro efetivo de comissão examinadora de trabalho de conclusão de curso ou projetos de pesquisa (1 a 5 trabalhos = 0,5 ponto; 6 a 10 trabalhos = 1 ponto; mais que 10 trabalhos = 1,5 ponto)		
4.6 Membro efetivo de comissão de seleção para professor efetivo	1,5	4,5
4.7 Membro efetivo de comissão de seleção para professor substituto	0,5	1,5
4.8 Membro efetivo de comissão de seleção para doutorado	1	3
4.9 Membro efetivo de comissão de seleção para mestrado	0,5	1,5
4.10 Membro efetivo de comissão de seleção para monitoria, residência e especialização (1 a 5 = 0,25 ponto; 6 a 10 = 0,5 ponto; mais que 10 = 1 ponto)		
4.11 Membros de comissão editorial. Considerar um ano de participação por período.	0,5	2
4.12 Organização ou coordenação de evento científico nacional durante a graduação	0,5	1
4.13 Organização ou coordenação de evento científico nacional após a graduação	1	2
4.14 Palestra, conferência, mesa-redonda, dentre outros, em evento científico nacional	0,5	1

4.15 Organização ou coordenação de evento científico internacional	2	4
4.16 Palestra, conferência, mesa-redonda, dentre outros em evento científico internacional	1	4
Pontuação limite do quesito	18	
Quesito: DISTINÇÕES		
Professor homenageado	0,1	0,4
Prêmio por trabalhos apresentados em eventos científicos (nacional = 0,1 ponto; internacional = 0,2 ponto)		1,6
Pontuação limite do quesito	2	
TOTAL		100

7.5.3. A Comissão Examinadora atribuirá a nota final obtida na Prova de Títulos a cada candidato, numa escala de zero a cem pontos, detalhando a pontuação atribuída a cada quesito, respeitada a pontuação-limite de cada um, observado o disposto no artigo 41 da Resolução Complementar nº 02/2013.

7.6. Da Prova Escrita

7.6.1. A Prova Escrita constará de questão(ões) proposta(s) pela Comissão Examinadora, com base no programa do Concurso, e será realizada simultaneamente por todos os candidatos.

7.6.2. A Prova Escrita terá duração máxima de cinco horas, sendo a primeira hora destinada à consulta bibliográfica.

7.6.3. Será facultada a utilização pelos candidatos das próprias anotações, feitas durante o período de consulta e rubricadas pelo Presidente da Comissão Examinadora, as quais serão necessariamente anexadas à Prova, como condição para que não seja anulada.

7.6.4. A critério da Comissão Examinadora poderá ser realizada uma sessão pública de leitura da Prova Escrita.

7.6.5. Na Prova Escrita, com caráter eliminatório, que precederá as demais:

I) será eliminado o candidato que não obtiver o aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento);

II) serão considerados convocados a participar das provas subsequentes os candidatos classificados na proporção de até cinco vezes o número de vagas oferecidas no Concurso, exceto em caso de oferta de uma única vaga, situação em que serão convocados até dez candidatos.

7.6.6. A lista nominal dos aprovados na Prova Escrita e classificados para as etapas seguintes será afixada no local de inscrição e divulgada na página eletrônica da Unidade/Departamento.

7.6.7. Em caso de empate na última classificação, serão considerados convocados todos os candidatos nessa situação.

7.6.8. O aproveitamento mínimo a que se refere o item 7.6.5.I deste Edital deve ser apurado pela média das notas atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora.

7.7. Da Prova Didática

7.7.1. A Prova Didática consistirá em aula sobre ponto contido em lista organizada pela Comissão Examinadora, com base no programa do Concurso, a ser sorteado pelo menos vinte e quatro horas antes do início da prova, à qual se seguirá uma arguição oral pela referida Comissão.

7.7.1.1. A Comissão Examinadora poderá agrupar os candidatos, a seu critério, para fins de sorteio de ponto e de realização da Prova Didática.

7.7.1.2. O agrupamento previsto no parágrafo 1º do artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013 deverá garantir a todos os candidatos, pelo menos, o tempo previsto no caput deste artigo, para preparo da Prova Didática.

7.7.1.3. O agrupamento previsto no parágrafo 2º do artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013 deverá garantir que todos os candidatos estejam no local das provas no horário indicado da primeira aula.

7.7.1.4. A ordem de apresentação será feita mediante sorteio na presença de todos os candidatos, comprovado por assinatura em lista de presença, no horário indicado para o início da primeira aula.

7.7.2. Na Prova Didática serão garantidos ao candidato cinquenta minutos para a exposição do tema.

7.7.2.1. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato pelo tempo estabelecido no cronograma.

7.7.2.2. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no parágrafo 1º do artigo 35 da Resolução Complementar nº 02/2013 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.

7.7.2.3. A Comissão Examinadora avaliará na Prova Didática, tanto o domínio pelo candidato do tema sorteado quanto sua capacidade de organização e exposição de ideias, no espaço de tempo garantido.

7.7.2.4. A Prova Didática será avaliada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora.

8. DA ATRIBUIÇÃO DAS NOTAS

8.1. Cada Examinador, individualmente, atribuirá a cada um dos candidatos, em cada prova do Concurso, uma nota em número inteiro, numa escala de zero a cem pontos.

8.2. Sempre que julgar necessário, a Comissão Examinadora poderá reunir-se, para estabelecer critérios de uniformização do julgamento e de atribuição de notas.

8.3. Após a atribuição de notas aos candidatos, em todas as provas previstas para o Concurso, cada um dos Examinadores deverá:

I- dar peso um às notas de todas as provas realizadas;

II- calcular a nota final de cada um dos candidatos, mediante a extração das médias das notas atribuídas a cada um deles;

III- classificar os candidatos pela sequência decrescente das médias apuradas;

IV- colocar em envelopes individuais, que deverão ser lacrados e rubricados, as tabelas que contenham as notas, as médias e lista contendo a classificação de cada um dos candidatos, como previsto nos incisos anteriores.

8.4. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, caso ele seja inferior a cinco, e aumentando-o para o número subsequente, se for igual ou superior a cinco.

8.5. Ocorrendo empate, o desempate se dará, sucessivamente, pela nota atribuída pelos Examinadores, em cada prova, conforme o caso, nesta ordem:

- Prova Didática ou Apresentação de Seminário ou Prova Prática ou Arguição de Memorial;
- Prova de Títulos;
- Prova Escrita.

9. DA APURAÇÃO DO RESULTADO

9.1. A apuração do resultado do Concurso será realizada em sessão pública.

9.2. Os envelopes lacrados, contendo as notas de cada um dos Examinadores, serão abertos, um a um, pelo Presidente da Comissão Examinadora, que lerá, em voz alta, o nome do Examinador, o nome do candidato, a identificação da prova, a nota atribuída, e a classificação obtida pelo candidato.

9.3. O Secretário da Comissão Examinadora anotar, em local visível a todos os presentes, as notas lidas pelo Presidente.

9.4. Concluída a leitura das notas, o Presidente da Comissão Examinadora verificará quais candidatos obtiveram, de três ou mais Examinadores, a média igual ou superior a setenta pontos, que serão considerados aprovados, enquanto os demais serão considerados reprovados.

9.5. Os candidatos aprovados serão classificados da seguinte forma:

I- cada Examinador fará uma lista dos candidatos aprovados, em ordem decrescente de suas respectivas médias, considerados os critérios de desempate de acordo com o parágrafo 2º do artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013, quando for o caso;

II- para cada Examinador, será considerado indicado aquele candidato que constar do topo de sua lista;

III- ficará classificado em primeiro lugar o candidato indicado pelo maior número de Examinadores;

IV- retirado das listas o candidato classificado em primeiro lugar, será classificado em segundo lugar o candidato que alcançar o maior número de posições no topo das listas dos Examinadores, dentre os candidatos remanescentes;

V- o mesmo procedimento acima será usado sucessivamente para todas as classificações, até o último candidato aprovado.

9.6. Na hipótese de ocorrer empate de notas, como critérios de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

9.6.1. tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabeleça a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), sendo considerado para esse fim, a data de realização das provas;

9.6.2. tiver a maior média aritmética simples das notas finais atribuídas pelos Examinadores;

9.6.3. tiver a maior média aritmética das notas atribuídas pelos Examinadores em cada prova, observado o disposto no artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013;

9.6.4. tiver maior idade;

9.6.5. permanecendo ainda o empate, o desempate ocorrerá por sorteio a ser realizado publicamente, durante a sessão de apuração final do resultado do Concurso.

9.7. Após a promulgação do resultado, será elaborado o Parecer Final da Comissão Examinadora, que conterà, obrigatoriamente:

I- os quadros de notas e médias atribuídas pelos Examinadores, individualmente, a cada candidato, com a identificação nominal de todos os concorrentes e dos Examinadores;

II- a relação nominal dos candidatos aprovados;

III- o(s) nome(s) do(s) candidato(s) indicado(s) para assumir a(s) vaga(s) em Concurso.

9.8. O Parecer Final da Comissão Examinadora deverá registrar a justificativa de cada um de seus componentes, para as notas atribuídas aos candidatos, avaliados individualmente.

9.9. O Secretário da Comissão Examinadora lavrará ata de cada prova e sessão do Concurso, as quais serão assinadas por todos os membros da referida Comissão.

9.10. Concluídos os trabalhos e lavradas as atas, a Comissão Examinadora divulgará os resultados em sessão pública final, em horário e data que serão comunicados aos candidatos, durante a realização do Concurso.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

10.1. O Parecer Final da Comissão Examinadora, com resultado final do Concurso, será submetido, findo o prazo de recurso, à consideração da Câmara Departamental.

10.2. Será publicado no Diário Oficial da União o Edital de resultado final do Concurso público, com a relação dos candidatos aprovados no certame, obedecendo aos limites estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, por ordem de classificação.

10.3. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso público.

10.4. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do artigo 16 do Decreto nº 6.944/2009.

11. DA INVESTIDURA NO CARGO

11.1. A aprovação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFGM, mas apenas expectativa de direito à investidura, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

11.2. A posse do candidato aprovado observará o limite de vagas estabelecidas no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente para tal fim.

11.3. Sem prejuízo da documentação apresentada por ocasião da inscrição, o candidato nomeado e convocado deverá apresentar os seguintes documentos no ato da posse: a) Formulário de Declaração de Bens e Rendas - DBR (anexo I) ou Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (anexo II), conforme dispõe a Instrução Normativa - TCU nº 67, de 06/07/2011, publicada no DOU de 08/07/2011; b) Declaração quanto ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função públicos; c) Declaração de que não é beneficiário do Seguro Desemprego, de que trata a Lei nº 7.998/1990; d) Prévia inspeção médica oficial; e) Comprovação, quando for o caso, de obtenção da nacionalidade brasileira ou do Visto Permanente; f) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de estrangeiro; g) Certificado de Igualdade e de Outorga do Gozo de Direitos Políticos, emitido pelo Ministério da Justiça, se português equiparado; h) Carteira de Identidade; i) Carteira de Trabalho e Previdência Social; j) Certidão de Nascimento ou Casamento; k) CPF; l) PIS ou PASEP, se já cadastrado; m) Grupo Sanguíneo e Fator Rh; n) Plano de Trabalho; o) Comprovação dos graus acadêmicos obtidos.

11.4. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, por Junta Médica Oficial da UFGM.

11.5. A admissão do candidato far-se-á no Regime de Trabalho especificado para a(s) vaga(s), e segundo o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, Lei nº 8.112/1990, e o disposto na Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013.

11.6. A efetivação no regime de Dedicção Exclusiva estará condicionada à apresentação de plano de trabalho individual, aprovado pela Câmara Departamental própria e submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

11.7. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito, nos termos do artigo 41, "caput", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão objetos de avaliação pela Congregação da Unidade, posteriormente homologada pelo dirigente máximo da instituição.

11.8. A posse do candidato aprovado deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento no Diário Oficial da União.

11.9. O candidato aprovado, depois de empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo máximo de quinze dias, contados da data da posse.

11.10. O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, contado a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990.

11.11. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do Concurso publicada no Diário Oficial da União.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso à instância imediatamente superior contra qualquer ato praticado por autoridade ou Órgão competente, por estrita arguição de ilegalidade, com base na Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário, que cuida dos procedimentos a serem observados para interposição de recurso pelo candidato.

12.2. Os recursos serão apresentados à Congregação, em última instância, contra a homologação ou a anulação total ou parcial do Concurso, no prazo de dez dias, contados a partir de sua divulgação oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

12.2.1. O Diretor da Unidade deverá certificar os demais candidatos do respectivo concurso sobre a interposição de recurso, disponibilizar, para consulta, o inteiro teor da documentação apresentada pelo recorrente, e solicitar que, caso queiram, se manifestem no prazo de dez dias, apresentando suas alegações.

12.2.2. A decisão do órgão competente deverá ser precedida por exame e parecer de relator(es) indicado(s) pela autoridade ou órgão competente.

12.3. A autoridade que preside o Órgão a que for apresentado o pedido de reconsideração ou de interposição de recurso decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

12.3.1. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

I- por escrito;

II- dentro do prazo;

III- pelo órgão competente;

IV- por quem seja legitimado;

V- pessoalmente, mediante protocolo.

12.3.2. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

12.3.3. Na hipótese de sua admissibilidade, o pedido de reconsideração ou o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFGM.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.

13.2. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

13.3. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.



13.4. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica na(s) página(s) eletrônica(s) citada(s) no presente Edital.

13.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

JAIME ARTURO RAMÍREZ

EDITAL Nº 273, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve prorrogar, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 10/05/2017, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargo na Classe A, com a denominação de PROFESSOR ASSISTENTE A, Nível 1, regime de trabalho Dedicado Exclusiva, destinada ao DEPARTAMENTO DE TEORIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO da ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, na área de conhecimento: Biblioteconomia/Biblioteca Escolar, realizado nos termos do Edital nº 711, de 09/11/2015, publicado no DOU de 10/11/2015, Seção 3, páginas 77 a 79, e homologado pelo Edital nº 259, de 06/05/2016, publicado no DOU de 09/05/2016, Seção 3, página 83, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009.

JAIME ARTURO RAMÍREZ

FACULDADE DE MEDICINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2017 - UASG 153289

Nº Processo: 23072001185201788. DISPENSA Nº 1/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS -GERAIS. CNPJ Contratado: 18720938000141. Contratado: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA -PESQUISA. Objeto: Contratação da Fundep para dar apoio ao Projeto de Extensão "Saúde Vocal do Coral da Faculdade de Medicina da UFMG". Fundamento Legal: Art. 1º da Lei nº 8.958/1994 combinado com Inc. XIII, art. 24 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 10/04/2017 a 10/04/2019. Valor Total: R\$90.810,81. Fonte: 250153289 - 2017NE800022. Data de Assinatura: 10/04/2017.

(SICON - 10/04/2017) 153289-15229-2017NE800029

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo a Ata SRP 335/2016. Pregão Elet. 67/15 Contratante: HC/UFMG CNPJ Nº 17.217.985/0034-72. E Contratado: Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares S.A. Objeto: Alteração de Razão Social no preâmbulo da ARP passando de Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares LTDA para Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A., sem alteração do CNPJ.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 70/2016

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 23072046344/16-92, publicada no D.O.U de 22/03/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento parcelado de medicamentos, correlatos e saneantes para o HC/UFMG/EBSERH Novo Edital: 11/04/2017 das 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Av. Alfredo Balena, 110 - Santa Efigênia Santa Efigênia - BELÓ HORIZONTE - MG Entrega das Propostas: a partir de 11/04/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/04/2017, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCOS ROBERTO ALVES
Pregoeiro

(SIDECA - 10/04/2017) 153261-15229-2017NE802554

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

EXTRATO DE CESSÃO DE USO Nº 1/2017

Nº Processo: 23520.012974/2016-38. Partícipes: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA. CNPJ: 13.654.405/0001-95. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL. CNPJ: 21.730.638/0001-58. Objeto: O presente termo tem por objeto a CESSÃO DE USO, a título gratuito, pelo CONCEDENTE, dos semoventes, listados no anexo I - sob a posse da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, conforme documentação registrada no anexo II, a CESSIONÁRIA para utilização em pesquisa, melhoramento genético e material didático. Data da assinatura: 14/12/2016. Vigência: 14/12/2016 a 14/12/2026

EDITAL Nº 2, DE 10 DE ABRIL DE 2017 DIVULGAÇÃO DOS CLASSIFICADOS NOS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS

A Reitora pro tempore da Universidade Federal do Oeste da Bahia, no uso de suas atribuições, considerando o que consta no edital UFOB nº 2 de 21 de março de 2017, publicado no D.O.U. nº 57 de 23/03/2017 de convocação para seleção pública de docente por tempo determinado, divulga a lista dos classificados no processo seletivo realizado para atuarem na UFOB - Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães. Área de Matemática, regime de trabalho 20h: Nailson Andrade da Silva.

IRACEMA SANTOS VELOSO

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A UFOB torna público o extrato do Pregão Eletrônico SRP nº 03/2017 que tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha para atender às demandas das da Universidade Federal do Oeste da Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VENCEDOR: 06.865.579/0001-31 - CASA E BAR NORDESTE COMERCIO DE UTILIDADES DO LAR LTDA para os grupos 01 e 03 no valor global de R\$ 24.090,84 (vinte e quatro mil e noventa reais e oitenta e quatro centavos); 11.414.771/0001-41 - MARIA ANTONIA DE SOUZA COMERCIO - ME para o grupo 02 no valor global de R\$ 3.421,47 (três mil quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e sete centavos).
Vigência: até 06/04/2018

EVANIA MEIRE COSTA DOS SANTOS DA SILVA
Coordenadora de Licitações e Compras

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

EXTRATO DE DISTRATO

Termo de distrato nº 07/2017, rescindindo o contrato inicial nº 16/2016, cujo objeto era a contratação temporária no Cargo de Professor Substituto, celebrado entre Universidade Federal do Oeste do Pará e CLAUDIR OLIVEIRA. Objeto: rescisão contratual a partir de 07 de Abril de 2017. Data da assinatura: 10 de abril de 2017. Processo nº 23204.003462/2017-44.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 21/2017 - UASG 153063

Nº Processo: 0247/2017-24. Objeto: Pregão Eletrônico - Bebedouros Industriais Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 11/04/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 Cidade Universitária Prof. Silveira Neto Guamá - BELEM - PA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153063-05-21-2017. Entrega das Propostas: a partir de 11/04/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/04/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

EMMANUEL ZAGURY TOURINHO
Reitor

(SIDECA - 10/04/2017) 153063-15306-2017NE800405

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Universidade Federal do Pará - UFPA, Autarquia Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Campus Universitário, à Rua Augusto Corrêa nº 01, na Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CGC/MF sob o nº 34.621.748/0001-23, torna público o resultado Extrato da Ata de Registro de Preços oriundas do Pregão Eletrônico nº 10/2017 (Processo nº 23073.032115/2016-81) cujo objeto é a contratação de empresa especializada nos "AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO", o objeto ora licitado foi registrado em Ata de Registro de Preços, ficando assim discriminada a Empresa: 1) PARAGÁS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 05.840.319/0003-00, no valor total de R\$ 576.000,00. A validade da presente Ata de registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação.

Belém-PA, 31 de março de 2017.
EMMANUEL ZAGURY TOURINHO
Reitor

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 14/2017

O Complexo Hospitalar UFPA/EBSERH informa o resultado final do Pregão Nº 014/2017, que teve como vencedora a empresa: WHITE MARTINS GASES IND. DO NORTE LTDA, no valor global de R\$1.130.975,56 (um milhão, cento e trinta mil novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

PAULO ROBERTO ALVES DE AMORIM
Superintendente

(SIDECA - 10/04/2017) 158172-15230-2017NE800015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

RETIFICAÇÃO

No Edital nº 32, de 03 de abril de 2017, publicado no DOU nº 67, de 6-4-2017, Seção 3, págs. 53, Onde se lê:
Depto. de Educação
Leia-se:
Departamento de Metodologia da Educação - DME

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE PENALIDADES

Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal da Paraíba no uso das suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo 23074.059357/2014-40, torna público e a quem interessar possa, especialmente EXCELENCIA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME, CNPJ 10.878.804/0001-41, e ao seu representante legal, o Sr. Fernando Vieira Costa, CPF 695.520.101-87, que em razão de a referida empresa haver participado de certame licitatório na modalidade pregão e consequentemente haver sido emitidas 12 Notas de empenhos no valor total de R\$ 4.100,10 (quatro mil e cem reais e dez centavos) sem contudo entregar o objeto na forma pactuada e considerando a impossibilidade de fazer comunicação por via postal, haja vista estar ausente no endereço fornecido, comunica que irá aplicar a referida empresa a Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 1 (um) ano, além de multa compensatória de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais). Fica concedido a empresa o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar, se que- rendo, defesa prévia.

Em 10 de abril de 2017
ALUISIO MARIO LINS SOUTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 4/2017

Restaram vencedoras as empresas: CENTER SPONCHIADO LTDA-EPP, CNPJ 04.418.934/0001-07, itens 08, 09, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43, 66, 67, 69, 75, 80, 81 e 82, no valor total de R\$ 2.017,02; MARBE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ 11.615.673/0001-72, itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 11, 12, 14, 17, 18, 26, 30, 32, 51, 53, 54, 56, 58, 62, 63, 65, 72, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 87, 88 e 89, no valor total de R\$ 40.486,00; MONTESANO FERRAMENTAS E PEÇAS LTDA-ME, CNPJ 17.622.993/0001-36, item 25, no valor total de R\$ 465,15; R.A.C. CUNHA-ME, CNPJ 20.240.470/0001-30, itens 21, 22, 23, 24, 47, 48, 49, 50, 52, 59, 68, 70, 71, 73 e 74, no valor total de R\$ 10.436,30; RAFALUC SANTOS & UVERA NEGOCIOS PÚBLICOS LTDA-EPP, CNPJ 20.600.954/0001-42, itens 13, 57, 60, 61, 64 e 76, no valor total de R\$ 1.033,20; NEWLIGHT COMERCIO E SERVIÇOS-EIRELI-ME, CNPJ 20.818.870/0001-80, itens 15, 16 e 19, no valor total de R\$ 1.353,00; S.A. DE JESUS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-ME, CNPJ 21.896.826/0001-50, itens 37 e 38, no valor total de R\$ 154,50; RPS COMERCIAL EIRELI-ME, CNPJ 23.915.573/0001-40, itens 41, 44, 45 e 46, no valor total de R\$ 1.356,75; SUELY MUTTI FERRAMENTAS E FERRAGENS-ME, CNPJ 24.830.144/0001-33, item 20, no valor total de R\$ 483,80; TESOURO DOS AZULEJOS LTDA-ME, CNPJ 69.194.934/0001-08, item 29, no valor total de R\$ 2.998,50.

RICARDO BELINSKI
Pregoeiro

(SIDECA - 10/04/2017) 153079-15232-2017NE800156

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL Nº 130, DE 7 DE ABRIL DE 2017 PROCESSO SELETIVO

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados os nomes dos candidatos aprovados no processo seletivo para contratação de professor substituto da carreira de Magistério Superior, de que trata o Edital nº 51/17-PROGEPE, publicado no D.O.U. de 02/03/17, Seção 3, página 31, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a seguir discriminado:

Setor: Ciências Agrárias
Departamento: Zootecnia
Área de Conhecimento: Zootecnia
Matéria Específica: Zootecnia de Ruminantes
Processo: 23075.250598/2016-83
Número de Vagas: 01 (uma)

N.º DE ORDEM	NOME	MÉDIA
01	Charles Ortiz Novinski	8,11
02	Vanessa Souza Soriano	8,07
03	Tâmara Duarte Borges	8,02

DOUGLAS ORTIZ HAMERMÜLLER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE DISTRATO

Processo nº 23076.010049/2017-49. Contratado como PROFESSOR SUBSTITUTO: HELENA AGUIAR RIBEIRO DO NASCIMENTO. Objeto: distrato o referido contrato de locação de serviços, a partir de 06.03.2017, produzindo, este distrato, efeitos futuros, não contando com efeitos pretéritos à data de sua assinatura, para os quais é dada plena, geral e recíproca quitação pelas partes contratantes. Data da assinatura: 01.06.2015.